



CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 374ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP, REALIZADA NOS DIAS 27 E 28 DE JUNHO DE 2011.

Aos vinte e sete e vinte e oito dias do mês junho do ano de dois mil e onze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala de reuniões do Edifício Sede, do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF. Compareceram: O Presidente, Geder Luiz Rocha Gomes; 1º Vice-Presidente, Herbert José de Almeida Carneiro; 2ª Vice-Presidente, Valdirene Daufemback, e os demais seguintes membros: Adeildo Nunes; Alvino Augusto de Sá; Augusto Eduardo de Sousa Rossini; Carlos Eduardo Adriano Japiassú; Christine Kampmann Bittencourt; Erivaldo Ribeiro dos Santos; Fernando Braga Viggiano; Luiz Guilherme Mendes Paiva; Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes; Rodrigo Duque Estrada Roig Soares; bem como os seguintes participantes externos: Dra. Fernanda Machiaveli – Pastoral Carcerária, Instituto Sou da Paz e Conectas; Dra. Patrícia Mariano Gomes – SAL/MJ; Dra. Daniela Felix Teixeira SAL/MJ; Dra. Fabiana Costa - CONAPA; Dr. José Eduardo Cardoso – Ministro de Estado da Justiça; Heloise Helena – CGPMA. Justificaram a ausência os Conselheiros: Airton Aloísio Michels; Gisela Maria Bester; José Laurindo de Sousa Netto; Renato Flávio Marcão. O Presidente do CNPCP iniciou a reunião com as comunicações e proposições, apresentando em seguida a proposta do calendário dos trabalhos da Comissão de Indulto 2011, comunicando que do dia 1º de Julho a 1º de Setembro ocorrerá ampla divulgação para a coletânea de sugestões, no dia 12 de Setembro ocorrerá a Audiência Pública, que terá somente a participação da Comissão de Indulto, no dia 26 de Setembro, será realizada a reunião extraordinária, sendo que em seu primeiro dia de reunião ocorrerá a discussão do decreto, dando por aprovado o Calendário do Indulto de 2011. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro Milton, que comunicou que no dia 2 de Junho participou de um evento organizado pela Comissão de Direitos Humanos, realizado na Sede da Ordem dos Advogados, na Bahia, no qual foi solicitado a abordar o seguinte tema: Qual o papel do CNPCP na construção de uma Política Pública para o Sistema Penitenciário? E encerrou sua fala justificando a sua ausência futura nos meses de Julho e Agosto, em virtude do nascimento de sua filha. Em ato contínuo o Presidente do Conselho comunicou que será enviado um ofício ao Estado de Mato Grosso, explicando que a inspeção em Ponta Porã, recomendada pelo Ministério Público Federal, não poderá ser realizada no

mês de Julho, diante da redução de diárias e passagens, mas que tão logo se inicie o segundo semestre já haverá um replanejamento das inspeções. Em seguida o Conselheiro Japiassú informou que durante a reunião do Conselho de Direção da AIDP, realizada no dia 4 de Junho, foi aprovado que o Brasil irá organizar o próximo Congresso da Associação Internacional de Direito Penal, em Setembro de 2014, no Estado do Rio de Janeiro, que abordará o tema Cidade da Informação e Sistema Penal. Em seguida, a Conselheira Valdirene comunicou que diante do corte de verba, também se faz necessário comunicar ao Estado da Bahia que está adiada para o segundo semestre a inspeção de conclusão das vistorias do CNPCP no Estado, sem data definida, e informou também que, junto ao Presidente deste Conselho, participou da Audiência Pública da PGR, sobre a Aplicação da Lei 10.216, quanto à Reforma Psiquiátrica na Execução Penal; comunicou também que o CNPCP foi convidado a realizar uma fala específica sobre as regras de Bangkok, no Seminário Internacional do Encarceramento Feminino, realizado no STJ, coordenado pelo CNJ, no dia 29 de Julho. Logo após o Presidente do CNPCP comunicou o formato do Seminário Regional Sudeste, que será realizado no Estado de Rio de Janeiro, nos dias 29 e 30 de Agosto, sendo que pela manhã do primeiro dia a reunião será com os membros dos Conselhos Penitenciários da região, Conselhos da Comunidade e Patronatos; à tarde dar-se-á o Seminário Regional, e, à noite, o Circuito Universitário, abordando o tema das Medidas Cautelares, pelo Conselheiro Marcão, e no segundo dia será realizada a Audiência Pública pela parte da manhã, encerrando assim o Seminário Regional Sudeste, e informou que o Seminário Regional Norte será realizado no Estado de Rondônia, em Outubro. Logo após a 2º Vice-Presidenta passou a presidir a reunião do CNPCP, passando em seguida a palavra à Conselheira Christine, que apresentou a proposta de Resolução sobre a Visita Homoafetiva, solicitada pela Defensoria Pública do Estado de Rio de Janeiro e pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, que vêm pleitear junto a este Conselho a alteração da sua Resolução de número 01/99 de 30 de março de 1999, pedindo a normalização expressa das visitas íntimas de pessoas presas que mantenham relação Homoafetiva. Após alterações, a Resolução foi dada por aprovada. Em ato contínuo a 2ª vice-Presidenta realizou um breve discurso expondo as expectativas e interesses deste Conselho em relação ao Relatório de pesquisa do projeto "Pensando Direito", da SAL, e sobre a análise crítica das Medidas de Segurança, passando em seguida a palavra ao Dr. Patrick, que comunicou que a pesquisa ainda não foi publicada oficialmente. Diante deste fato, houve o entendimento de que na próxima reunião serão apresentados os resultados destas pesquisas, assim conhecendo melhor a fala dos próprios pesquisadores, e também das conclusões que a SAL tirou a respeito. Em ato contínuo a 2ª Vice-Presidenta passou a palavra à Dra.

Fernanda Machiaveli, que apresentou manifestações formuladas pela Pastoral Carcerária, Instituto Sou da Paz, Conectas Direitos Humanos, Instituto do Direito de Defesa, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania e a Justiça Global, que iniciou sua fala citando a prática utilizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que está mantendo presos com direito ao regime semi-aberto em regime fechado, o que contraria a posição do Supremo Tribunal Federal, que garante ao preso que tenha direito ao regime semi-aberto, não havendo vagas, aguardar em regime aberto. A segunda manifestação é sobre o problema da escassez de Assistência Jurídica neste Estado, são 500 Defensores Públicos para atender a todo o Estado, sendo que apenas metade deles atua na área criminal. E comunicou que São Paulo tem menos de 10% de sua população carcerária participando de atividades educacionais, sendo necessário ampliar a oferta e também garantir a qualidade da educação. Falou sobre a prática utilizada neste Estado, de deixar os presos recém chegados nas Unidades Prisionais, por períodos prolongados de ausência de banho de sol, presos que não estão em Medida Disciplinar Diferenciada, sugerindo a este Conselho que edite uma resolução no sentido de regulamentar a obrigatoriedade de banho de sol nas unidades prisionais. Noticiou também o fato de que as mulheres privadas de liberdade, estão com o período de amamentação muito inferior aos 6 meses, contrariando Resolução deste Conselho. Outra manifestação é quanto à questão da Revista Vexatória, noticiando-se o uso da mesma luva em diversas mulheres, e em locais onde há o detector de metais, a maioria das mulheres precisa ficar nua e se sentar sucessivamente em um banco, sem nenhum tipo de higiene, e ainda continua sendo utilizada a prática do espelho. Solicitou ao CNPCP que se faça uma visita para averiguar a legalidade da Unidade Experimental de Saúde, que existe hoje no Estado, teoricamente ela estaria subordinada à Secretaria de Saúde, mas na prática são Agentes Penitenciários que fazem a administração dessa unidade; sua finalidade está em desacordo com diversos princípios constitucionais, e solicitou também a realização de um novo Senso Penitenciário, e que os Conselhos também tivessem direito a realizar o registro fotográfico dessas visitas, e que se possível o CNPCP recomende o encaminhamento do Projeto de Lei, como forma de estimular a criação da Ouvidora Autônoma Independente da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, por ter esta população carcerária tão ampla, e encerrou sua fala solicitando que houvesse uma recomendação sobre a importância e urgência da implementação do Mecanismo Estadual Paulista de Combate e Prevenção à Tortura. Em seguida, o Presidente do CNPCP colocou em discussão o cronograma do Seminário Nacional de Política Criminal e Penitenciária do CNPCP, que será realizado no mês de Novembro, no Estado de São Paulo, tendo como meta realizar um seminário de menor porte e em parceria com o CNJ,

CENASP, o Instituto Flávio Gomes, IBCCRIM e com a Dra. Regina Miki, que será dimensionado em sua configuração macro, a ser realizado em duas salas simultâneas, com uma conferência de abertura e uma de encerramento, e informou que a composição da Comissão do Seminário Nacional foi alterada, entrando o Conselheiro Rossini no lugar do Conselheiro Rodrigo, tendo para a próxima reunião, a do mês de Julho, a configuração deste Seminário para discussão final e aprovação. Em seguida, a Conselheira Valdirene propôs que, caso continue a contenção de recursos, faça-se uma gestão com os Conselhos Penitenciários, para que eles encaminhem com recursos próprios seus Presidentes aos eventos do CNPCP. Em seguida, o Conselheiro Erivaldo comunicou que em viagem à África do Sul, ocorrida no dia 10 de junho, visitou presídios daquele País e de Moçambique, dizendo que toda a programação foi feita com o enfoque na reinserção de presos, e no trabalho da Defensoria Pública da África do Sul, e propôs que no programa de intercâmbio deste Conselho, se contemple em uma única viagem África do Sul e Moçambique, e após ponderações encerrou sua fala expondo a manifestação feita pelo Embaixador da África do Sul, que mostrou interesse em estreitar este Intercâmbio, tendo projetos em comum aos nossos, citando como um bom exemplo o Sistema de Penas e Medidas Alternativas deste Conselho. Em ato contínuo, o Presidente do CNPCP comunicou que esta viagem à África do Sul está prevista para meados de Setembro, deliberando a incursão no Continente Africano a partir das tratativas encabeçadas pelo Conselheiro Erivaldo, que está autorizado pelo CNPCP a providenciar a Transferência de Presos para o Brasil, e comunicou também o já mencionado apoio à criação do Conselho Nacional de Penas e Medidas Alternativas, que está parado na SAL. Em seguida passou a palavra à Dra. Heloísa Dário e à Dra. Fabiana Costa, que fizeram a apresentação sobre o Sistema de Penas e Medidas Alternativas. Em seguida o Dr. Geder comunicou que no dia 27 de maio de 2011, o CNJ instituiu uma comissão de Juízes das Varas de Penas e Medidas Alternativas, comunicando também sobre a recomendação do CNPG, no sentido de que o Ministério Público se empenhasse contribuindo na formação dessas estruturas. Em seguida o Conselheiro Erivaldo comunicou que está em discussão na imprensa, inclusive no CONJUR, uma entrevista em que o Ministro Gilmar Mendes apresenta uma proposta de Emenda Constitucional que pudesse contemplar a garantia de respeito da apresentação do preso em flagrante ao Juiz em um prazo determinado, e em relação a este tema, os Conselheiros Erivaldo e Fernando ficaram responsáveis pela formulação de uma Minuta de Emenda, ficando para aprovação na próxima reunião, podendo haver também uma manifestação do Conselho através do próprio Fernando, para falar em nome do Conselho, tendo assim uma rápida manifestação. Em seguida o Presidente do Conselho comunicou a chegada do Ministro de Estado da Justiça Dr. José Eduardo

Cardoso, oportunidade na qual lhe foi entregue o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária para o Novo Governo, e após a apresentação dos integrantes deste Conselho o Presidente apresentou ao Ministro a posição deste Conselho em relação às Portarias de Números 931 e 932, sugerindo a adequação delas, incluindo o Conselho como um órgão que coordene os trabalhos, que é da própria legitimidade das atribuições deste Conselho, e também incluindo outros órgãos como o DEPEN, passando em seguida a palavra ao Ministro para sua manifestação, que iniciou sua fala comunicando que em relação às Portarias o objetivo era integrar e ampliar este Conselho, e expôs seu total apoio às sugestões deste Conselho, ressaltando que uma ação conjunta entre o Ministério e este Conselho é de fundamental importância. E apresentou a proposta de construir setenta mil vagas em 4 anos, fato inédito no País, mas que não alcançaria o Déficit Carcerário, e comunicou que terá uma reunião com a Presidenta neste mesmo dia, e o que ficar decidido nessa reunião o Conselheiro Rossini informará ao Conselho. Encerrou sua fala expondo seu interesse em participar de outras reuniões deste Conselho, para ouvir o que as melhores mentes deste País dizem em relação ao futuro, sobre que caminhos seguir. Em seguida o Presidente do CNPCP informou que a inspeção no Estado do Rio de Janeiro ocorrerá em Julho, ou no começo de Agosto, e expôs a necessidade desta inspeção, objetivando a apresentação do Relatório de Inspeção daquele Estado para a Audiência Pública que ocorrerá no final do mês de agosto. Os Conselheiros Luiz Guilherme e Eivaldo são voluntários para esta inspeção, sendo que o primeiro apresentou disponibilidade para o final de julho, e o segundo para o começo de agosto. O Presidente Geder Gomes encerrou os trabalhos agradecendo a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Roberto Dias de Sousa, e revista pela Conselheira Gisela Maria Bester.

Geder Luiz Rocha Gomes
Presidente do CNPCP